



É preciso fortalecer o mercado interno do país

Alexandre Santos

Defesa do mercado interno do País.

Na Em outubro de 2004, reunidos no V Congresso Estadual de Profissionais promovido pelo CREA-PE, os engenheiros, arquitetos e agrônomos pernambucanos aprovaram por unanimidade uma moção propondo que o governo federal adote medidas visando o fortalecimento do mercado interno do país. Na justificativa da moção, destacava-se o argumento de que 'a progressiva debilidade do poder aquisitivo da população brasileira provocou o (igualmente progressivo) enfraquecimento do mercado interno do país, afetando negativamente o baixo poder aquisitivo que lhe deu origem, compondo um perigoso círculo vicioso: baixo poder aquisitivo enfraquece o mercado interno e o enfraquecimento do mercado interno enfraquece, ainda mais o poder aquisitivo da população'.

Como esperado, a moção dos engenheiros pernambucanos não mudou a política econômica do governo federal, que mantém um modelo centrado no comércio externo, debilitando todos os setores cujo funcionamento dependa do viço do mercado interno e, conseqüentemente, do aumento do poder aquisitivo da sociedade brasileira.

Infelizmente a realidade vem mostrando que estamos trilhando caminho inverso daquele proposto pelos engenheiros pernambucanos. Em 7 de setembro deste ano, ao tempo que o povo brasileiro comemorava o Dia da Independência, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgava seu relatório anual, indicando que, em 2003, além de uma significativa queda no PIB per capita, então reduzida de US\$ 7.916 para US\$ 7.790 – que manteve o Brasil na 63ª posição no ranking de Desenvolvimento Humano, atrás de seis países latino-americanos (Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, Cuba e México) – nosso país também conservou brutal concentração de renda, permanecendo na 8ª posição no ranking da desigualdade, à frente apenas da Guatemala, Suazilândia, República Centro Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia. Para constatar essa condição não seria necessário apurar-se o 0,503 ponto que corresponde ao nosso Coeficiente de Gini – parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda –, basta ler os jornais. De fato, num processo que ganhou mais força nas últimas duas décadas, a crescente dificuldade para adquirir meios para garantir a sobrevivência tem levado muitas pessoas a práticas não econômicas como a mendicância e o crime famélico, daí o aumento das populações encarceradas no inferno das prisões e no abandono das ruas.

Não é esse o Brasil que queremos. Queremos um Brasil no qual as pessoas tenham renda para adquirir os bens que atendam seus requisitos básicos sem a necessidade de recorrer a artifícios humilhantes ou ilegais. Por isso, o clube de engenharia de Pernambuco

se irmana às conclusões do V Congresso Estadual de Profissionais e pede o redirecionamento da política econômica de modo a fortalecer o mercado interno do país, estimulando as empresas e fortalecendo o poder aquisitivo das pessoas – uma situação que espargirá benefícios por toda a economia, gerando uma onda de desenvolvimento.

O mercado interno deve ser o eixo do desenvolvimento econômico do país, pois democratiza os benefícios e amplia o número de beneficiários, contribuindo efetivamente para a redução do desemprego e fortalecimento da empresa nacional.

Publicado originalmente na Folha de Pernambuco, em sua edição de 13 de setembro de 2005.